

***A QUESTÃO DA CAPITAL: MARÍTIMA OU NO
INTERIOR?
REVISITANDO UMA PROPOSTA DO VISCONDE
DE PORTO SEGURO***

***THE QUESTION OF CAPITAL: MARITIME OR INLAND?
REVISITING A PROPOSAL OF THE VISCONDE DE PORTO SEGURO***

Ana Priscila de Sousa Sá¹

¹ Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: priscilareds@hotmail.com
Caderno de Pesquisa do CDHIS | Uberlândia | vol. 32 n.2 | jul./dez. 2019 ISSN 1981-3090

RESUMO: O artigo pretende analisar a ideia de mudança da capital do litoral para o interior proposta por Francisco Adolfo de Varnhagen no *Memorial orgânico* (1849-1850-1851) e em *A questão da capital: marítima ou no interior?* (1877). O historiador paulista defendeu que uma capital central ajudaria na segurança e desenvolvimento do interior do país.

PALAVRAS-CHAVE: Varnhagen; mudança da capital; Império do Brasil.

ABSTRACT: The article intends to analyze the idea of the change of the capital from the coast to the interior proposed by Francisco Adolfo de Varnhagen in the *organic Memorial* (1849-1850-1851) and in *The capital question: maritime or inland?* (1877). The historian of São Paulo defended that a central capital would help in the security and development of the interior of the country.

KEYWORDS: Varnhagen; change of capital; Empire of Brazil.

Em carta ao Imperador D. Pedro II, Francisco Adolfo de Varnhagen confessou que uma capital *não marítima* era sua “ideia fixa” (VARNHAGEN, 1961, p. 271). Diplomata a serviço do Império desde muito jovem e autor de uma vasta e variada obra que tinha na defesa da unidade nacional um fio condutor importante, Varnhagen já reclamara bem antes que fora feita a Independência e desde “então não se tem quase pensado nisto, dando por negócio decidido que a capital do Império tem de ser o Rio para sempre; e o que se lembra de tocar neste ponto é tido por utopista, ou visionário” (VARNHAGEN, 2016, p. 112). A mudança contribuiria para a segurança, economia, conservação da unidade e seguia no propósito de civilizar os *fertilíssimos sertões* ainda perdidos para a selvageria.

A ideia em si não era novidade, havia sido anteriormente defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva ainda nos trabalhos da Constituinte de 1823, Hipólito José da Costa no seu *Correio Braziliense* e o chanceler Vellozo de Oliveira. Todavia, foi proposta de forma mais contundente por Varnhagen, que chegou a determinar a localização exata de onde se deveria construir a nova sede política e administrativa do Império. O historiador foi quem mais se esmerou em detalhar esse plano,

inclusive dedicando um trabalho a essa temática, *A questão da capital: marítima ou no interior?*, de 1877. O artigo se debruçou sobre essa questão.

UMA CAPITAL CENTRAL

A mudança da capital foi uma das medidas propostas por Varnhagen no *Memorial orgânico* de 1849-1850-1851 para organizar o território do Império, reiterada anos depois. Organizar, a propósito, é um verbo adequado para aludir à obra em questão, porque as seis medidas propostas nela, a saber, uma redivisão territorial, mudança da capital para o interior, abertura das comunicações gerais, extinção do tráfico de escravos, civilização dos índios por tutela e colonização europeia por grupos, objetivavam organizar político-administrativamente o território e a população do Império. Um traço a se destacar desse conjunto era a atualidade que tais ideias tinham no debate político mais amplo do período, posto serem questões que estavam na agenda política na metade do século.

Articulando as ideias de integridade e integração, o plano traçado no *Memorial* sugeriu organizar o território em partes subordinadas ao todo, elaborando um plano de defesa que conservasse as comunicações internas e transferindo a capital para uma localização capaz de fomentar o desenvolvimento e resguardar o centro do poder (PEIXOTO, 2005, p. 335). Já em carta de 1839 ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, informou sua intenção de escrever uma “extensa Geografia Física do Brasil, e sobre ela fundar um projeto de divisão e subdivisão territoriais, local mais conveniente para a capital do Império, etc.” (VARNHAGEN, 1961, p. 40). Varnhagen defendeu que o centro administrativo deveria estar localizado na região central do país, daí a proposta de um local *mais conveniente* para a capital, contundentemente defendida até seu último trabalho, *A questão da capital: marítima ou no interior?*, publicado um ano antes de morrer em Viena/Áustria, onde trabalhava como Ministro Plenipotenciário.

O historiador nascido em Sorocaba, interior de São Paulo, ressentia-se pela inexistência de um plano de comunicações internas que fomentassem o comércio e a agricultura, uma inquietação compartilhada por outros intelectuais da época. Políticos como o Visconde do Uruguai e Tavares Bastos teceram ideias a respeito dessas atividades no desenvolvimento do Império. Ambos se ocuparam em determinar qual tipo de desenvolvimento econômico era o mais adequado para o Brasil, o que se encaixava melhor na “vocação” do país. Tavares Bastos acreditava que a agricultura, e não a indústria manufatureira ou da construção naval constituía a principal “vocação” do Brasil. Não que o Brasil não tivesse capacidade de se industrializar, apenas deveria se conformar e reconhecer que, da mesma forma que todo o continente americano, sua missão era ser o “celeiro da Europa” (FERREIRA, 1999, p. 155), devendo canalizar sua mão-de-obra e recursos para desenvolver sua verdadeira indústria: a agricultura.

Outro político que endossou essa ideia foi o Deputado Rodrigues Torres, que em 1843 evocou: “se não tomarmos alguma providência que proteja os interesses da agricultura, única indústria do Brasil, ficaremos bem depressa reduzidos à classe de proletários” (MATTOS, 1987, p. 35). Como Tavares Bastos e Torres, Varnhagen percebia que faltava ao Brasil a condição básica para a industrialização, que era um mercado interno vigoroso para fomentar o desenvolvimento geral do Estado.

Em *Da administração pública*, o historiador expressou posição na linha do pensamento de Rodrigues Torres. Tratando da importância da administração para fomentar a indústria e corrigir os *males*, alertou que uma produção indefinida poderia viciar a *índole* do trabalho,

entibiando os sentimentos religiosos nas classes operárias, relaxando os laços de família degradando os costumes, entorpecendo o desenvolvimento físico e intelectual dos meninos reduzidos ao nível das máquinas, encurtando a vida dos homens por efeito de um exercício [*em branco*] que não os deixa saber mais que uma pequena parte do ofício, dando nascimento ao espírito desassossegado de gente de precária [subsistência] e estabelecendo separação e até

inimizade entre os que trabalham e os que lhe pagam (VARNHAGEN, 2015, p. 103. Rasura do autor).

Era obra da administração, apoiada na lei, observar a experiência de outros países e fazer a *previsão ilustrada* para se prevenir a tempo das incertezas do consumo inerentes à desmedida indústria fabril, advertindo os *empreendedores incautos* dos perigos e inspirando-lhes sentimentos *benévolos* e *paternais* para seus operários.

Uruguai também se preocupava com o futuro do comércio e da agricultura nacionais. No caso da atividade agrária, propunha a imigração como uma medida necessária. Todavia, diferentemente de Tavares Bastos que via na imigração uma possível fonte de civilização ou de “regeneração moral” para o Brasil, Uruguai a encarava mais como uma medida econômica e, curiosamente, como um perigo em potencial, ao enxergá-la como uma espécie de “invasão” do território nacional por povos que considerava superiores ao povo brasileiro. A imigração poderia, inclusive, representar uma ameaça à identidade nacional. Contudo, se bem tutelada pelo Estado, o risco apresentaria vertiginosa queda, ou seja, o Estado era responsável pelo estímulo à imigração e à industrialização do país. Na direção oposta e como bom liberal, Bastos propalava que não era papel do Estado promover diretamente a industrialização, pelo contrário, devia-se fundar uma política baseada na livre concorrência (FERREIRA, 1999, p. 142-157).

A transferência da *grande capital* do Império para o interior ajudaria a diminuir vários problemas. Como vantagem econômica, Varnhagen expressou que:

começando nos arredores desta a desenvolver-se (como já se vê no Rio) certa indústria fabril e manufatureira, colhe-se a vantagem de poupar mais os matos, cujas madeiras se poderão no futuro utilizar para a construção naval ou para exportar, em vez de serem queimadas nas fábricas, e nas roças e no uso doméstico (VARNHAGEN, 2016, p. 126).

Explorar o potencial produtivo do sertão traria benefícios imediatos em curto prazo para o desenvolvimento do país, como a indústria naval, ramo importante para um Estado de dimensões continentais como o Brasil, e que tinha questões da

mais alta importância para tratar com muitos países. Convinha proteger as comunicações, ligar as províncias do litoral às do sertão e empregar a maior soma possível de *capitais produtivos*, aumentando a cultura e a riqueza dessa parte ainda pouco *colonizada*.

Veja este trecho de 1849:

Sabemos que Thomas Antonio ideou o sistema de enriquecer e fortificar a beira-mar, e de povoar bem as fronteiras terrestres, inclusive com tropas de Portugal; mas sem desenvolver aí, nem nas províncias mais do interior, a possível riqueza; para estarem elas dependentes das do litoral, que ele julgava poderia ter seguras com a marinha da metrópole. O centro do Brasil, abandonava ele, dizendo que lhe chegaria algum dia por um lado a riqueza e por outro a população. Ao menos tinha a vantagem de ser um sistema seu, apesar de quanto nele se nota de excêntrico, e contrário aos princípios econômico-políticos já então conhecidos (VARNHAGEN, 2016, p. 118).

Citando os esforços de um Ministro de D. João, sublinhou a insuficiência da medida adotada pelo mesmo ao privilegiar a *beira-mar* e deixar o sertão para uma possibilidade futura de conseguir povoamento e enriquecimento, sem incentivo do governo. Ao falar em *princípios econômico-políticos já conhecidos*, Varnhagen poderia estar se remetendo ao modelo fisiocrata, ainda em voga na ciência econômica do início do Oitocentos. Não há referência clara no *Memorial* nesse sentido, uma citação de autor, por exemplo, mas alguns elementos ajudam nessa aproximação.

Analisando o opúsculo, Leandro Janke associou a importância dada ao trabalho como verdadeira fonte de riqueza e a analogia com o *corpo* humano a uma possível influência da “Escola” fisiocrata sobre o pensamento econômico de Varnhagen (JANKE, 2009, p. 62). Faz-se interessante acrescentar a valorização da agricultura como suposta “vocação” do Brasil.

De fato, a Fisiocracia, que teria sido a primeira “Escola” de Economia Política, cujos adeptos denominaram a si mesmos de economistas, tinha o apoio preferencial pela agricultura. A visão dos fisiocratas era, fundamentalmente, a do circuito, isto é, da interdependência profunda de todas as partes do sistema econômico, ajustadas

segundo uma “ordem natural” que prevalecia sobre todas as atividades humanas. O problema consistia em descobrir essa ordem e conformar-se a ela, daí derivando o termo Fisiocracia, que significa “supremacia da natureza”. Dessa forma, só a natureza era criadora e a terra multiplicava o produto, ao passo que outras atividades como o comércio e a indústria apenas transformavam os bens sem multiplicá-los (“classe estéril”, não gerava excedente). A produção era tarefa exclusiva dos agricultores ou “classe produtiva”. Consideravam improdutivo o intercâmbio externo ou interno, por vê-lo somente como um intercâmbio de valores iguais, mas admitiam que algum comércio exterior era um mal necessário (BELL, 1982, p. 18-125).

Segundo se poderá observar ao longo deste trabalho, parte do raciocínio de Varnhagen no opúsculo guardou alguma consonância com máximas postuladas por François Quesnay, um dos grandes fisiocratas, num texto de 1767:

III. Que o soberano e a nação jamais percam de vista que a terra é a única fonte de riquezas e que a agricultura é que as multiplica, pois o aumento das riquezas fazem a agricultura prosperar, ampliam o comércio, animam a indústria, aumentam e perpetuam as riquezas. Desta fonte abundante depende o sucesso de todas as partes da administração o reino.

IV. Que a propriedade dos bens territoriais e das riquezas mobiliárias seja assegurada a seus legítimos possuidores, porque **A SEGURANÇA DA PROPRIEDADE É O FUNDAMENTO ESSENCIAL DA ORDEM ECONÔMICA DA SOCIEDADE**. Sem a certeza da propriedade o território permaneceria inculto. [...]

XVII. Que o escoamento e o transporte das produções e das mercadorias manufaturadas sejam facilitados pela reparação dos caminhos e pela navegação dos canais, dos rios e do mar, pois, quanto mais se economiza nos gastos do comércio, mais se aumenta o rendimento do território (QUESNAY, 1984, p. 167-171. Grifo do autor).

Certamente é preciso salientar que Quesnay escrevera em meados do século XVIII e Varnhagen um século depois. No entanto, os fisiocratas influenciaram a ciência econômica desde aquele momento, sendo referência para Adam Smith, Jean

Baptiste Say e outros importantes economistas posteriores que Varnhagen leu. Say foi citado em 1849.

Segundo John Bell, os fisiocratas não desejavam privar a classe proprietária de suas rendas, e sim tornar mais atraente a propriedade e as terras. Nessa lógica, o Estado protegeria os donos de propriedade privada e construiria estradas, pontes, essenciais à agricultura, pois os interesses do Estado (ou soberano) não difeririam dos interesses do povo. No geral, foram defensores do livre-comércio e o governo absolutista seria a forma de governo mais adequada ao seu plano. Por último, no “Tableau Économique” (1758), Quesnay aplicou o fator biológico de circulação do sangue ao sistema econômico, na tentativa de mostrar que a riqueza podia circular livremente, em caso de não obstrução por barreiras artificiais (BELL, 1982, p. 127-134).

Tendo esses aspectos em perspectiva, é possível inferir que, se haviam semelhanças como a obediência a um “plano natural”, a preeminência da agricultura e o uso do fator biológico, também existiam diferenças fundamentais como a forma de governo e o equilíbrio entre comércio externo e interno que, em Varnhagen, parece mais inspirada em Emmerich de Vattel. Defendo, então, que a referência fundamental deve ser o jurista suíço.

É possível destacar a presença do pensamento de Vattel como referência evidente no *Memorial orgânico*, juntamente com outros autores como Montesquieu, Alexander von Humboldt e Andrés Bello, textualmente citados por Varnhagen. Entre os temas apresentados no opúsculo que podem ser encontradas reflexões semelhantes no livro “O direito das gentes” (1759) do suíço estão os de que uma nação deve conhecer a si mesma, colocada na justificação do *Memorial*, a de que o soberano deve conhecer a nação, a questão da agricultura, do comércio interno, das vias públicas, o fortalecimento contra o ataque estrangeiro, o direito à terra dos povos nativos, a metáfora do organismo, a glória de uma nação e o amor à pátria. É certo que todos esses aspectos elencados possuem uma relação estreita e não é de

admirar que tenham feito parte do esforço de Varnhagen em organizar sua proposta. A hipótese da presença forte de Vattel se justifica, portanto, pela citação em mais de uma passagem do texto e a proximidade na abordagem desses temas listados.

Na continuação da sua defesa de retirada da capital litorânea, Varnhagen tocou em uma noção crucial, a segurança. Constituído no século XVIII, o problema da segurança estava relacionada à defesa e conservação do território. Todos os esforços para protegê-lo eram uma maneira de torná-lo seguro de ameaças externas. Segundo Marlon Salomon, a partir do século XIX, o sertão como espaço de evasão e lugar de vida errante passou a ser fortemente combatido pelo poder (SALOMON, 2003, p. 149-159). A forma como se deu a colonização do Brasil (arrastando-se pelo litoral como caranguejos, na imagem famosa de Frei Vicente de Salvador) não cabia mais ser conservada.

O poder do Estado deveria chegar ao sertão, um território a ser povoado não por pessoas, mas por súditos de D. Pedro II. Era como se o Estado brasileiro estivesse com uma *cabeça* grande, mas faltasse a ação dos *braços* no interior. A ideia de levar a capital do Império para o interior tangenciava uma discussão já antiga, a da oposição litoral-sertão, civilização-barbárie. Para Varnhagen,

Como as cidades vizinhas ao mar se civilizam e criam as necessidades dos cômodos da vida e do luxo, estímulo da riqueza, pela simples frequência dos navios e trato do comércio marítimo, aos longínquos sertões é necessário, para que eles se animem a sair do estado quase natural, levar como tónicos grandes focos de civilização, e não pode haver melhor do que o de assentar aí a própria capital, que em todos os reinos é o centro do luxo (VARNHAGEN, 2016, p. 124).

O historiador fez uma íntima associação entre litoral-civilização-comodidade-riqueza e seu oposto, sertão-estado quase natural e pode-se depreender selvageria e/ou barbárie. Varnhagen colocou civilização e barbárie como um par de conceitos antitéticos que se excluía mutuamente (KOSELLECK, 2006, p. 197). Onde estivesse a civilização, não estaria a barbárie. A forma como Varnhagen encaminhou sua proposta apontam para a transposição da civilização litorânea para os sertões,

particularmente por ser este último um espaço frequentemente identificado como de sublevação e de desordem.

No início do século XIX, o conceito de civilização ainda não era entendido como resultado de um processo evolutivo que partia do inferior para o superior, envolvendo todas as esferas da personalidade social do indivíduo. O termo civilidade, mais usual, apontava para uma espécie de adorno que o indivíduo acrescentava ao seu convívio social, distinguindo-se dos “bárbaros”. Mais tarde, durante o debate político, civilidade deu lugar ao conceito de civilização, e o sertão foi tomado como um espaço social marcado por um conjunto de valores distinto daquele que caracterizaria o litoral (COSER, 2005, p. 239). Ao lado dessa diferenciação, havia uma associação entre desenvolvimento material e segurança, com prejuízo para o interior, associado ao atraso. Em uma das “Cartas do Solitário”, Tavares Bastos exemplificou bem essa concepção: “Eu cito a ignorância dos sertões com a sua barbaridade e com os seus potentados” (BASTOS, 1975, p. 67). Além da falta de civilização, o interior ainda penaria com os desmandos de grupos poderosos e ávidos por concretizar seus próprios interesses.

No “Dicionário” de Moraes Silva, bárbaro trazia sinônimos como inculto, feroz, não polido, oposto ao civilizado e urbano (SILVA, 1831, p. 248). Civilizado era exatamente o contrário: cortesia, urbanidade. Tinha a ver com certo modo de falar, portar-se, regras de convívio social conferidos pela ilustração que faltava aos espíritos rústicos, grosseiros. Civilidade estava para urbanidade (aquele que pertence à cidade), como barbárie para falta de instrução, por exemplo.

Sobre as desvantagens da capital marítima, arguiu Varnhagen:

Ora pois, hoje que já não somos colônias; que não necessitamos estar em dependência de Lisboa, e que as vantagens de termos a capital sobre o mar não compensam a fraqueza e os comprometimentos que daí podem resultar para a nação, e outras muitas vantagens que se colheriam de a transferir para o interior (VARNHAGEN, 2016, p. 115-116).

Ser Colônia era permanecer com uma capital assentada num local inapropriado, prejudicial ao desenvolvimento geral da nação. Ser Colônia era descuidar do sertão, que prometia segurança e potencial produtivo, e continuar “investindo” no litoral, tal como se fez nos trezentos anos de colonização portuguesa. Ser Colônia era, por último, comportar-se como Colônia, não resolvendo seus problemas internos, mesmo sendo um Estado independente desde 1822. Organizar-se e se fortalecer deveria ser a grande obra do Segundo Reinado.

A reflexão do autor se faz bastante elucidativa ao indicar uma consciência incômoda: embora potencialmente rico, o Império estava “atrasado” em seu desenvolvimento econômico e cultural. Assim, elencava as *vantagens* da transferência e confirmava o êxito de tal ideia citando a experiência histórica de vários países da Europa e das fronteiras do Império:

Porventura pensou jamais a Áustria em tirar do seio do Danúbio sua corte a fim de levá-la a Trieste ou a Veneza, embora isso a fizesse talvez senhora do Adriático? Ou ocorreu alguma vez à Prússia levar à foz do Oder a capital do grande Frederico, a fim de proteger a marinha do *Zollverein*, ou influir no Báltico? [...] E o grande político, o senhor de quase toda a terra, Filipe II, vemo-lo século e meio antes fixando sua capital em Madrid, e, com tão formidável marinha como a que tinha, desprezando o magnífico porto de Lisboa (de que estava senhor) e a foz do Tejo, para se estabelecer nas cabeceiras deste. E aqui temos na América novos exemplares. Além das capitais do México, Nova Granada, Venezuela, Equador etc., como teria a República Argentina resistido com tanta audácia à França, à Inglaterra e a mais alguém, se a sua capital estivesse situada como Montevideú, e não à beira de um rio tão pouco fundo, que permite rodarem nele carros para fazerem o serviço, mas não consente que uma esquadra possa estender-se em linha diante de Buenos Aires (VARNHAGEN, 2016, p. 113-114. Grifo do autor).

Recorrendo a sua *cara história*, buscava convencer os políticos *afazendados* na Província do Rio de Janeiro da urgência dessa decisão, ou o perigo de outro vexame e o *tributo* que impôs Duguay Trouin, quando se assenhoreou do Rio de Janeiro, não seria impossível. O porto da Corte não estava mais bem defendido que em 1711, e a

Marinha de guerra já tinha feito muitos progressos em proporção da defesa das fortalezas, logo, não exagerava em seu temor, pensava.

Sobre a *paragem* para *assentar* a cidade, recomendou:

Os seus limites devem ser oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição tão vantajosa: deve ser o compreendido no triângulo formado pelos três portos de canoas de cada um deles que mais se aproximem entre si; ou, se se quiser, pelo círculo que passar por esses três pontos. A situação procurada terá sempre que ficar, proximamente, a distância igual dos cinco pontos, Rio, Bahia, cidade de Oeiras, Cuiabá e Curitiba.

Mas achando-se o vértice oriental desse triângulo sobre as vertentes do rio São Francisco, já dentro de Minas, e sendo o ponto que melhor comunica para toda a costa do Brasil, estando quase a igual distância do Rio e da Bahia, é esse lado que nos deve merecer a preferência, no caso de haver por aí uma localidade que satisfaça às condições (VARNHAGEN, 2016, p. 127-128).

A localização exata deveria obedecer a um princípio de equidistância, colocando o centro administrativo do Império a uma distância próxima fosse do Rio de Janeiro, Cuiabá ou uma cidade no interior do Piauí. As *condições* exigidas eram as de que a *paragem* deveria estar em uma chapada pouco elevada e naturalmente defensável, sem tantas irregularidades e situada à borda de um rio que garantisse água o ano todo para finalidades domésticas em geral. Também deveriam inexistir pântanos ou águas encharcadas nas redondezas, estando, de preferência, em 15º a 16º de latitude, elevada sobre o mar pelo menos 3.000 pés, garantindo, assim, *bons ares, puros e saudáveis*.

Para as questões do clima, Varnhagen se apoiava nas recentes pesquisas de Humboldt, sugeria, aliás, que quem procedesse no trabalho de escolha do local tivesse em vista o artigo sobre Climatologia do “Cosmos” (1845). Com uma orientação adequada e precisão nas observações, satisfazer-se ia o princípio da escolha de um local de clima mais frio para situar a capital de um Estado intertropical. Tal clima teria por principais qualidades o de ajudar no desenvolvimento do governo e dos habitantes, crescendo em número e população, como dizia suceder aos mineiros, em condições de superar os fluminenses em força e

energia. Nesse comentário estava dialogando com Montesquieu, para quem os climas frios conferiam maior vigor, traduzido em confiança em si mesmo, melhor opinião sobre segurança, mais coragem e menos desejo de vingança, logo, virtudes apreciáveis em um povo (MONTESQUIEU, 1996, p. 240).

Ainda como fundamentação, acrescentou que a influência moral do clima foi defendida na Antiguidade por Políbio e Vegécio, e modernamente por Gaetano Filangieri. Todavia, quem melhor a defendeu, em sua opinião, foi Pierre Foissac na obra “De l’influence des climats sur l’homme” (1837), de quem retirou a frase posta como epígrafe de *A questão da capital...*, colocada no início deste item. Outro autor, Alcide d’Orbigny, em seu livro *L’homme américain* (1839), endossava a ideia que, na América do Sul, os habitantes das altas chapadas eram os mais inteligentes e ativos. Com isso, Varnhagen advertia do engano de Montesquieu pelo que respeitava aos índios americanos, quanto à aplicação deste princípio entre os trópicos (VARNHAGEN, 1850, p. 7), por isso suas referências nesta questão eram mesmo Humboldt, Foissac e Orbigny.

Pensando em capitais pelo mundo, destacou a posição da Cidade do México com seus *puros e saudáveis* ares, recomendando se observar a fisionomia da vegetação como um termômetro para avaliar a temperatura que mais convinha à *nossa raça* e a produção de vinha. Acerca disso, não deixou de assinalar em seu relato de viagem pela América do Norte, *Grande viagem a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias* (2013), que os países de clima tropical não eram contrários à cultura das vinhas, mas bastante propícios. Aliás, um país que fosse próprio para o algodão, também o seria para a vinha. Sua sugestão era que o Brasil produzisse vinho de ananazes e jabuticabas, por exemplo. Nesse mesmo relato, inacabado e nunca publicado por ele, criticou a localização da capital da União, Washington, “um sítio desagradável e fraco junto do Potomac”, “verdadeiro charco” durante o verão, devendo se transferir

para uma cidade como Cincinnati, no vale do Ohio (VARNHAGEN, 2013, p. 144-153)².

Na consciência de Varnhagen, o que efetivamente fundava cidades era a *força de vontade* e o *bom regime*. Mas essa cidade ainda não existia. Não via nenhuma já levantada como boa opção para abrigar a nova sede da Monarquia, por isso seu empenho em detalhar até a arquitetura que a mesma deveria ter. Longe do *bulício* e *distrações* das cidades, os Ministros poderiam se entregar melhor aos negócios naquela época decisiva de “Transação”, expressão consagrada pelo panfleto de Justiniano José da Rocha, que caracterizaria o domínio do princípio monárquico no Segundo Reinado, possibilitador da estabilidade do poder. A solução seria ver ele mesmo que *paragem* poderia ser essa, e foi o que fez. A cidade construída *sobre o papel* já “nascia” com nome: *Imperatória*, explicando sua *missão*. Mas seu esforço não foi só de tinta e papel. Em 1877, esteve no Planalto Central goiano para estudar a região que melhor atendia a todos os requisitos de posição, salubridade, etc., necessários para a grande obra de construção da capital.

De volta a Viena, escreveu o último trabalho que publicou em vida, *A questão da capital...*, em que relatou sobre a viagem, o trabalho de medição e recuperou trechos do *Memorial* nos quais tratou dessa proposta, lembrando que 28 anos antes já proclamara essa medida de urgência para o Império, ainda não devidamente acolhida pelo Governo. No livreto, confessou que:

não ficaríamos tranquilos enquanto, por nossos próprios olhos, nós não desenganássemos de todo, e à mesma posteridade, se tínhamos

² As circunstâncias dessa viagem merecem um comentário. A jornada teve lugar em setembro de 1867, após Varnhagen deixar a chefia da Representação do Império nas Repúblicas do Chile, Peru e Equador, sem autorização. Viajando com a família do Panamá a Nova York, atravessou vários estados da União, a saber: Nova York, Pensilvânia, Ohio, Michigan, Wisconsin, Illinois, Indiana, Missouri, Kentucky, Tennessee, Virginia, West Virginia, Maryland e Delaware, além de Washington. Afirmado querer oferecer suas *impressões* acerca do que via, comentou sobre diversos assuntos como o traçado da cidade de Nova York, o hotel em que se hospedou, os jantares, o comportamentos das moças, a derrubada dos bosques de carvalho. Embora não tenha mencionado, o passeio poderia ter acabado em tragédia familiar, pois seu primogênito, Xavier, por pouco não se precipitou nas Cataratas do Niágara. No fim, Varnhagen não foi punido pela indisciplina, e sim nomeado para uma Corte europeia, Viena, como era de seu desejo. Ver: GLEZER; GUIMARÃES, 2013.

ou não razão em todos os nossos planos e propostas engenhados *sobre o papel*, no silêncio do gabinete. [...] Resolvemos pois pedir do Governo uma licença a fim de nos ausentarmos por seis meses do posto honroso que ocupamos, e emprendermos (levando conosco os competentes instrumentos, incluindo nada menos que três barômetros) à custa de quaisquer trabalhos e sacrifícios, enquanto para eles nos sentimos com forças, uma penosa viagem a cavalo, nada menos que até a Província de Goiás, por nossas primitivas estradas, para *de visu* e como antigo engenheiro, reconhecer essa notável paragem que a contemplação e estudo dos melhores mapas nos havia revelado; e ver se correspondia perfeitamente às condições de bondade de clima e outras essenciais ao nosso propósito, ou se, *bona fide*, nos cumpria a tempo rejeitá-la e buscar outra (VARNHAGEN, 1877, p. 24-25. Grifo do autor).

O desabafo de Varnhagen evidencia novamente o traço característico de sua personalidade, bem marcado por ele na correspondência: o de colocar-se à disposição da *pátria* em nome do que considerava importante. A valorização do esforço não ficava por menos: *penosa viagem, primitivas estradas*, mas importa destacar o que fica lateral a ele nesse relato: o “ver” o local como um aspecto de sua produção como historiador. Não bastava saber pelos mapas que tal lugar era conveniente para erigir a nova capital, precisava checar *in loco*, utilizando para isso seus conhecimentos de *antigo engenheiro*. Aliás, a formação em engenharia foi uma grande auxiliar nessa empreitada pelo centro do Brasil. Com essa jornada, transformou-se no intelectual de seu tempo que mais se dedicou a estudar essa ideia.

No Ofício dirigido ao Ministro da Agricultura, direto de Vila Formosa da Imperatriz, Goiás, em 28 de Julho de 1877, foi eloquente em elencar as vantagens econômicas da *paragem* que estudara:

não posso deixar de aproveitar esta ocasião para recomendar a importância, em todo o sentido, da mencionada paragem, como solo fecundo em que tem de vingar e prosperar muito quaisquer sementes que nele se lançarem. Nestes terrenos de campos elevados, de belas pastagens, onde se criam perfeitamente os cavalos companheiros da civilização do homem (e que se pagam hoje apenas a trinta e quarenta mil réis cada um), onde os cafezeiros, ao cabo do primeiro ano da planta da muda, já produzem prodigiosamente, prometendo para quando houver daqui comunicações ser este um novo distrito deste gênero, nestes terrenos, digo, com bosques nos vales e margens dos

ribeirões, se encontram para as construções de edifícios, muito bons grés brancos e vermelhos e até mármore de cores, os quais hoje apenas se destinam para cal, e se encontra também, como por todo o sertão, bastante minério de ferro [...]. Para rebentar a pedra fácil seria fazer-se até pólvora, com o muito salitre que fornece a vizinha serra das Araras (VARNHAGEN, 1877, s/p).

Acalentando a ideia desde pelo menos os 23 anos de idade, quando esteve em Formosa já era um senhor de 61 anos. A missão oficial junto ao Ministério da Agricultura foi cansativa, estradas ruins, caminhadas diárias de oito, nove léguas desde as 6 horas da manhã, etc. Como ele mesmo escreveu, as recompensas se ganhavam com o *suor do rosto* ou *risco da vida*. Nesse caso, o risco fora real, a *penosa viagem* em lombo de mula agravou seu estado de saúde. A morte veio um ano depois. Para quem tanto falou em *servir e morrer caladamente* pela pátria, teria sido Varnhagen uma espécie de “mártir” da “causa” mudancista? Não há nada que comprove. É possível que ele tenha sido o primeiro intelectual e homem público brasileiro de sua época a colocar os pés naquela região, onde futuramente se assentaria a capital Brasília (mesmo nome sugerido por José Bonifácio), mas, aparentemente, poucos (ou ninguém?) lembraram disso.

Mais uma *patriótica providência* que passou (quase) despercebida em sua própria época. Em 1852, o Senador Hollanda Cavalcanti apresentou um Projeto de Lei para a criação de uma nova capital para o Império, e nenhuma palavra sobre proposta análoga que saiu meses antes na Revista Guanabara...

O local mais adequado seria, então,

uma paragem mais central, mais segura mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do S. Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de boas águas, e até de abundantes mármore, vizinhos ao triângulo formado pelas três lagoas, Formosa, Feia e Mestre d’Armas das quais manam águas para o Amazonas, para S. Francisco, e para o Prata! (VARNHAGEN, 1877, p. 24).

Era nesse ponto, de onde partiriam tantas *veias* e *artérias* para circular por todo o corpo do Estado, que imaginava estar o verdadeiro *coração* do Império, isto é, a

sede do governo. A escolha obedecia, pois, a um princípio de centralidade, aliás, como todo o seu plano de organização do território. Insistia que “se a nossa missão for só conservarmos íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível, a capital n’um lugar forte e central é a melhor” (VARNHAGEN, 1850, p. 7). As motivações, critérios de escolha, o cálculo para a localização da cidade e os detalhes urbanísticos (arquitetura do palácio do governo, desenho das ruas e avenidas, o gabarito dos prédios, o escoamento das águas pluviais, o abastecimento de água e de gás e a arborização com espécies nativas) faziam da proposta um projeto de centralidade política, administrativa, estratégica e econômica do país, conforme apontado por Wehling (2016, p. 45).

Uma última *vantagem* de uma capital central seria promover o conhecimento da nação. Com o fluxo entre os diferentes pontos do Império, o Brasil iria se conhecendo melhor. O Imperador conheceria seus súditos, e os políticos sobre quem eles legislavam. Varnhagen chegou a recomendar que se fizesse um rodízio das convocações da Assembleia Geral da nação, em cidades diferentes (como faziam os antigos Reis de Espanha e de Portugal com as suas Cortes), para gerar uma aproximação maior entre o povo e seus representantes. Rogava que a ideia fosse acolhida logo, imagine outro surto de febre amarela, como o que acometeu o Rio de Janeiro naqueles tempos. Nem a família imperial escapou. Quanto mais demorasse, mais difícil seria buscar um refúgio longe do litoral.

Para completar o quadro, também teceu considerações acerca da instrução superior na nova capital. Dissertou longamente:

Fazemos votos aos caos para que não nos levem à capital do Império as academias de direito, ou a *Universidade*, se algum dia esta vir a luz no Brasil. Ou nela, ou em forma da academia na cidade de Mariana ou na de Goiás, se deve criar a faculdade de Teologia.

Como estudos superiores, na capital, propomos unicamente o estabelecimento de um curso politécnico. [...] Não pretendemos com isto dar no Brasil ainda mais latitude à instrução superior do que ela já aí tem. Sabemos quanto recomendam os políticos mais prudentes de que não se criem com ela habilitações fora do número das que

podem comportar as rendas do Estado; porquanto essas habilitações em maior número criam mais ambiciosos, que se tornam elementos de perturbação social.

Propomos a criação e os melhoramentos de certos estudos, além dos de direito e medicina, cujas academias enchem o Império de bacharéis e de licenciados, que mesmo sem doutorar-se se intitulam doutores; mas ao mesmo tempo suplicamos ao governo que procure estabelecer, nessas academias e nos novos cursos, toda a severidade e rigor que seja possível, e que acabe de uma vez com esses exames de compadres que desmoralizam o país, e entregam algumas vezes os destinos da sociedade ou os de um pobre padecente, a indivíduos, como conhecemos não poucos, que seguiram os cursos, é verdade; mas só neles ganharam vaidade e charlatanismo [...].

Propomos a criação de uma faculdade de teologia; porque desejamos a instrução do nosso clero superior; dos nossos prelados, pelo menos. Quanto ao curso politécnico, nem defenderemos a imensa utilidade que dele pode resultar. [...]

Os indivíduos que completassem este curso teriam preferência para o futuro nos cargos dependentes dos Ministérios da Fazenda e do Império. [...] Talentosos observadores, bons administradores enfim que, num estado nascente, são os empregados que mais podem concorrer à sua futura felicidade, ou futura ruína (VARNHAGEN, 2016, p. 191-193. Grifo do autor).

O Preparatório contaria com matérias muito parecidas com as que ele mesmo estudara em Lisboa: matemática, física, mecânica, química, mineralogia, astronomia, história natural, desenho linear, de edifícios, de paisagem e topográficos, princípios de agricultura e de construções, administração, com elementos de economia política e noções de direito. O intento, como ele mesmo adiantou, era formar bons funcionários para a fortuna do Estado. A apreciação do historiador em torno do Ensino Superior estava em consonância com o modo como se operava a questão do acesso a esse nível de educação dentro do Império, que deveria ser prioritária para aqueles destinados a serem homens públicos, pois, educando os futuros encarregados das funções governamentais, eles saberiam como ordenar todo o resto. Era por essa via que igualmente se daria o processo de construção, ordenamento e civilização da jovem nação brasileira.

Anos antes, na Memória *Da administração pública* havia expressado que a instrução primária era indispensável a todos, a secundária era útil a muitos, e a superior seria conveniente para alguns, pois se fosse excessivo o número poderia não haver lugar para todos e isso geraria perturbação na sociedade (VARNHAGEN, 2015, p. 106).

Varnhagen acreditava estar contribuindo para o melhoramento do país. O aperfeiçoar-se fazia parte do caminho rumo ao progresso. Contudo, para seu desespero, constatava que:

[...] quando ouvimos proferir grandes elogios à prosperidade do Império, uma dor profunda se apodera de nós, vendo o que ele é e o que podia, ou devia, ser. Logo nos vem a ideia de que, sendo o Brasil maior que 250 Bêlgicas juntas, produz uma receita menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa (VARNHAGEN, 2016, p. 108).

Era revoltante para o autor reconhecer que um país de dimensões continentais como o Brasil possuísse uma *receita menor* que a pequena Bélgica. Todo o programa contido no opúsculo se direcionava a ajudar na superação dos problemas que atravancavam o progresso do Brasil.

Conforme Koselleck, a nova maneira de experienciar o tempo remetia à contemporaneidade do não-contemporâneo, ou vice-versa (KOSELLECK, 2006, p. 317). Ao reclamar da *receita* do Brasil menor que a da Bélgica e de o Império estar a um quarto de século *independente*, mas viver como se fosse muitas *colônias juntas*, Varnhagen denunciava que o país estava “parado” no tempo, atrasado com relação às sociedades europeias, consideradas mais avançadas, revelando, pois, a consciência de estar “atrás” dos outros e a urgência de alcançá-los (Europa) ou mesmo ultrapassá-los (especialmente as Repúblicas vizinhas). O atraso técnico prejudicava o desenvolvimento econômico do Império. Nesse sentido, comentou:

Fomentar deveriam também o governo e as assembleias provinciais não tanto a introdução de novas indústrias, como o melhoramento da agrícola que já temos. É triste que produzindo o Brasil café, açúcar, tabaco, arroz, cacau, sem mencionar outros artigos, por nenhum deles

dê grande ideia do progresso de sua indústria. Quase todas as nações marítimas têm algum produto por que mais se distinguem no comércio; nós pela superioridade de nenhum nos recomendamos, e naturalmente em razão, não da ruindade do solo, sim do atraso dos processos (VARNHAGEN, 2016, p. 180).

Progredir era condição de sobrevivência. Era também pressuposto para alcançar a glória. Na conclusão da segunda parte do *Memorial*, fez a seguinte reflexão:

Nenhuma nação pode viver sem cumprir uma das duas missões de qualquer existência política: ou a de guerrear para ganhar mais glória com que se faça respeitável, ou a de adquiri-la aperfeiçoando-se, quando já não tema agressão externa. A nação que falta a uma e outra destas missões suicida-se: tem de abdicar em mãos estranhas sua nacionalidade (VARNHAGEN, 1850, p. 16).

O fortalecimento do *corpo* do Império ajudaria a obstar o perigo de *ameaça externa*, o aperfeiçoamento interno garantiria a maior perfeição possível e a vida útil da nação. Novamente recorrendo ao disposto por Vattel, defender-se com forças unidas de qualquer insulto ou violência de fora era um dos fins da sociedade política (VATTEL, 2008, p. 301). O fato de a sociedade não estar em condições de rechaçar um agressor indicava seu estado de grande imperfeição, falhando, portanto, em seu principal destino de proporcionar o maior grau de felicidade, não podendo subsistir por muito tempo.

A chave deveria estar na organização. Lamentando o caso do México, Varnhagen recordou:

Se o México depois de sua independência, em vez de querelar inutilmente tivesse pensado em organizar-se como nação, e em unir-se para debelar o estrangeiro invasor, não teria sofrido, ante o mundo e a posteridade, o vexame e o tributo de guerra que sofreu, e não haveria sido despojado de metade do seu território, incluindo a Califórnia. Não há força sem união, e não haverá nunca verdadeira união, enquanto não se estabeleça bem a unidade (VARNHAGEN, 1850, p. 16).

Varnhagen fez a apologia da unidade como único meio e *solução* para a existência de uma nação que pudesse assim ser chamada: independente, que se

aperfeiçoa a si mesma, que se nutre em caso de crise, que ocupa um lugar honroso no concerto da humanidade civilizada, que conserva seu território e não sucumbe perante o invasor, que não delega seu governo a outrem e *bate o pé* se sua soberania for afrontada: respeitável. O Império tinha que não cometer exatamente o erro do México, tomado como o velho conhecido exemplo/argumento histórico. O primeiro nome do opúsculo era *Memorial*, cabia realmente o ato de lembrar.

O segundo nome era *orgânico*. O caráter organicista ficou patente na seguinte passagem da primeira parte:

pusemos o dedo em várias *chagas* do país para acusar delas a existência, e algumas ainda no capítulo seguinte teremos que descobri-las melhor. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que ele se conheça e se trate de sua *cura*, sobretudo quando a temos por fácil. Se julgássemos um só desses *males* incurável, teríamos igualmente patriotismo bastante para ocultá-lo, e se víssemos que ele produziria a infalível *morte* da pátria, também a amamos bastante para que tivéramos a coragem de caladamente morrer com ela (VARNHAGEN, 2016, p. 110. Grifo meu).

Varnhagen concebeu o Império como um “corpo enfermo”, a própria estrutura do *Memorial* se assemelha a um procedimento médico. Detectadas as “origens” dos males que acometiam o Império, identificavam-se os efeitos já provocados e os que ainda poderiam ocorrer e, em seguida, eram propostas soluções para resolver o problema, fortalecendo o *corpo*. O uso da analogia do *corpo* humano foi recorrente entre filósofos modernos. Varnhagen não se pretendeu filósofo, mas, no *Memorial*, utilizou-a para designar partes importantes de seu plano. Assim, o vale do Rio São Francisco era o *estômago* do Brasil. As estradas de ferro, as *veias* e *artérias* por onde circularia produtos, pessoas, luxo, “cultura”, civilização. A transferência da *grande capital*, o *coração*, era fundamental, entre outros, porque “Os governos cujas sedes estão no interior do país tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações, que são as veias e artérias do Estado, que sem elas definha e morre” (VARNHAGEN, 2016, p. 125), além de que essas *artérias* fariam “divergir ramais para as cidades vizinhas, mais ou menos importantes” (VARNHAGEN, 1877, s/p).

Em *Grande jornada a vapor...*, também usou da metáfora biológica. De passagem por Nova York, afirmou que a Broadway era a “grande artéria” da cidade, comparando-a a Oxford Street ou Picadilly, ruas movimentadas do centro de Londres (VARNHAGEN, 2013, p. 142).

A urgência era executar a obra da organização definitiva do Império, tarefa que Varnhagen enxergou como a ser realizada pelo reinado de D. Pedro II. Nesse sentido, elaborou um plano detalhado de transferência da capital do Rio de Janeiro para uma *paragem* mais central. Como o *coração* que bombeia o sangue que circula pelas *veias* e *artérias*, instalada centralmente, a capital “bombaria” a boa administração, fazendo “circular” por todo o Império a *colonização*, o comércio, a *civilização*, por meio das *estradas de ferro*. Aí estaria a grande *revolução pacífica* que precisava se operar na *felicidade* e no futuro do Império. O único tipo de *revolução* que lhe agradava.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.

BELL, John Fred. Os fisiocratas e suas doutrinas. In: _____. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, mai./ago. 2005.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999.

JANKE, Leandro Macedo. *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PEIXOTO, Renato Amado. A máscara da Medusa: a perspectiva da centralidade e a construção da mitologia do espaço nacional. In: _____. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

QUESNAY, François. Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola. In: _____. *François Quesnay: economia*. São Paulo: Ática, 1984.

SALOMON, Marlon. Segurança do território e segurança da população. *Projeto História*, São Paulo, n. 27, p. 147-165, dez. 2003.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. TOMO I. Lisboa: Imprensa Régia, 1831

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico*. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

_____. *Ofício ao Ministro da Agricultura, de 28 de Julho de 1877*. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1877varnhagenFormosa.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. *A questão da capital: marítima ou no interior?* Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

_____. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. *“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

_____. *Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

VATTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: _____. *O direito das gentes*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

WEHLING, Arno. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). *Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico*. Brasília: FUNAG, 2016.